



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SEMARH
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS

SBS - QD 2 - BL L - TÉRREO - Ed. Lino Martins Pinto - BRASÍLIA-DF CEP: 70.070-120 - CGC Nº 26.444.059/0001-62



LICENÇA DE INSTALAÇÃO

N.º 006 / 2006.

3ª VIA (ARQUIVO)

1 – DA LICENÇA:

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso II, § 2º, da Lei n.º 041 de 13 de setembro de 1989 e tendo em vista o que consta do artigo 79, inciso XXIII, do Decreto nº 21.784, de 05 de dezembro de 2000, expede a presente **LICENÇA DE INSTALAÇÃO**, autorizando a implantação do **SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DO INCRA 08**, requerida pela **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP**, CNPJ: 00.037.457/0001-70, objeto do **Processo n.º 190.000.235/2000**, devendo ser observadas as especificações constantes nos projetos apresentados para análise, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

2 – DA LOCALIZAÇÃO:

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL DO INCRA 08 está licenciada para a **REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA – RA IV – BRAZLÂNDIA / DF.**

3 – DAS CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

1. Restringir as intervenções nos locais definidos no projeto;
2. Separar em local adequado, a camada superficial do solo de todas as áreas a serem escavadas, para uso na sua recuperação;
3. Compactar adequadamente o reaterro da vala onde será implantada a galeria e revegeta-lo de acordo com as orientações da CAESB;
4. Adotar medidas para proteger o solo da formação de processos erosivos;
5. Indicar as medidas a serem adotadas, caso o lençol freático seja atingido;
6. Identificar o local para disposição de entulhos, lixo e restos de obras, adotando rigoroso controle sobre a coleta e depósito desses materiais;
7. Apresentar relatórios mensais de acompanhamento da execução da obra, considerando os aspectos construtivos e ambientais;
8. Evitar, pelo uso de máquinas, o derramamento de óleo e graxas no meio ambiente;
9. Colocar placas e faixas de sinalização da obra, de acordo com as normas de segurança vigentes;
10. Introduzir, em placa a ser fixada na obra, os dizeres: "Obra Licenciada pela SEMARH";
11. Proceder ao cercamento da "caixa de areia" utilizando o modelo de cerca indicado para o lançamento 6A/6B – Drenagem Pluvial da cidade de Recanto das Emas, citado no Ofício nº 75/2005 – GAB/SURHI, de 11/05/2005;
12. Efetuar a limpeza de todos os locais ocupados pelas obras, após o seu término;
13. Recuperar todas as áreas que forem degradadas pela implantação das obras;

A

- 
14. Desativar o canteiro de obras, retirando estruturas provisórias e entulhos, a serem depositados em locais adequados;
 15. Proceder, em acordo com a CAESB, a recuperação das áreas onde foram construídas, indevidamente, as bacias de retenção, na faixa de 125 metros, e naquelas onde ocorreram alterações, realizando medidas para minimizar ou mesmo evitar a formação de processos erosivos;
 16. De acordo com a CAESB, reavaliar as medidas implantadas na erosão situada nas proximidades do local de construção da "caixa de areia" e apresentar um plano para sua recuperação;
 17. Realizar o assentamento de colchão em gabião, tipo reno, até a cota 1.028 metros;
 18. Apresentar relatório final, conclusivo, da implantação do empreendimento;
 19. Realizar monitoramento da "caixa de areia", dos dissipadores de energia, da galeria e do colchão em gabião tipo reno, devido à possibilidade de aporte de resíduos sólidos e lixo, que não poderão ser lançados no Lago do Descoberto. Os materiais recolhidos deverão ser depositados em locais adequados, previamente acordados com a SEMARH e CAESB;
 20. Realizar monitoramento da rede tubular, no que concerne a instalação clandestina de esgotos sanitários;
 21. Realizar monitoramento da qualidade da água a ser coletada na "caixa de areia";
 22. Apresentar relatórios trimestrais a SEMARH, relacionados com as ações de monitoramento implementadas;
 23. Comunicar a SEMARH, qualquer alteração no projeto;
 24. Comunicar a SEMARH, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha causar risco de dano ambiental;
 25. Toda e qualquer alteração do empreendimento deverá ser solicitada/requerida junto a SEMARH;
 26. Outras condicionantes, exigências e restrições poderão ser estabelecidas por esta Secretaria a qualquer tempo.

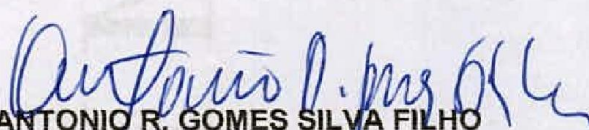
4 – DAS OBSERVAÇÕES:

1. A SEMARH/DF, observando o disposto no artigo 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97 poderá alterar, suspender ou cancelar a presente Licença de Instalação;
2. **Esta licença de Instalação só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal e em periódico de grande circulação no Distrito Federal, devendo, essas publicações, serem efetivadas a expensas do interessado conforme previsto na Lei nº 041/89, artigo 16, § 1º, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da assinatura do Termo de Aceite e, após efetuadas as publicações, entregar páginas dos jornais a esta SEMARH em até 10 (dez) dias, sob pena de suspensão desta licença;**
3. O requerimento da Licença de Operação deste empreendimento deverá ser protocolado no período de vigência desta licença, ou de sua eventual prorrogação, sendo obrigatório observar as CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS, RESTRIÇÕES e PRAZOS de apresentação da documentação técnica complementar estabelecidos na presente Licença de Instalação;
4. Qualquer alteração nos projetos previstos para o empreendimento, deverá ser precedida de anuência documentada da SEMARH/DF;
5. Se necessário, o requerimento de prorrogação desta Licença de Instalação deverá ser protocolado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de sua vigência;
6. A SEMARH/DF deverá ser comunicada, imediatamente, em caso de ocorrência de qualquer acidente que venha a causar risco de dano ambiental.
7. Deverá ser mantida uma via desta licença no local do empreendimento/atividade;
8. **Esta Licença de Instalação não autoriza a operação do empreendimento.**

5 – DA VALIDADE:

ESTA LICENÇA DE INSTALAÇÃO TERÁ VALIDADE PELO PERÍODO DE 730 (SETECENTOS E TRINTA) DIAS CORRIDOS, OBSERVADOS OS REQUISITOS E CONDICIONANTES CONSTANTES NA MESMA E NO PROCESSO QUE LHE DEU ORIGEM, DO QUAL É PARTE INTEGRANTE.

Brasília, 12 de janeiro de 2006.



ANTONIO R. GOMES SILVA FILHO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal

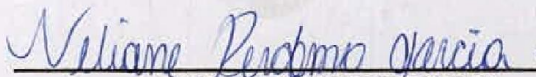
6 – TERMO DE ACEITE:

DECLARO ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM OS TERMOS DA PRESENTE LICENÇA DE INSTALAÇÃO, A QUAL SUBSCREVO.

Brasília, 13 de janeiro de 2006.



(ASSINATURA)



(NOME POR EXTENSO)



Confidencial

(DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO)

EM BRANCO